

JOSÉ ROGÉRIO GONÇALVES DE MOURA: COM DESAFIO DE MANTER TRADIÇÃO E CREDIBILIDADE DO SINDICATO, ATUAL PRESIDENTE DIZ QUE É PRECISO COMBATER OS PROBLEMAS DE FRENTE



Apesar de conhecido por trabalhar há mais de vinte anos no comércio local, o atual presidente do Sindicato dos Comerciantes de Campina Grande é novo na vida sindical. Assumiu a direção da entidade em 2021 com um grande desafio: manter o nível de tradição de luta e de credibilidade, mas ao mesmo tempo buscar inovações legais e práticas para o dia a dia na defesa do trabalhador, diante das mudanças e de alguns retrocessos na legislação ocorridas nos últimos anos. José Rogério Gonçalves de Moura diz que os problemas precisam ser enfrentados de frente.

Confira entrevista ao jornal O Comerciarário, nesta edição comemorativa de 80 anos da entidade.

- Você é o atual presidente de um sindicato que completa 80 anos e que tem uma história de lutas e conquistas conhecidas e reconhecidas não só na Paraíba, mas em toda a região Nordeste e até pelo Brasil. Quando você entrou no sindicato e em que cargo?

JOSÉ ROGÉRIO – Realmente além de atual sou bem recente no cargo, mas tenho acompanhado o trabalho do sindicato ao longo de vários anos e pra mim foi uma honra ser eleito para dirigir esta entidade que tanto tem lutado por melhoria de vida e de salário para o trabalhador comerciarário. Eu entrei no sindicato em 2017, quando fui eleito suplente e já em 2021 fui eleito presidente.

- Como analisa hoje a atuação do sindicato de um modo geral? É um desafio, diante das atuais leis trabalhistas, comandar um sindicato com uma história tão aguerrida como a dos comerciarários?

JOSÉ ROGÉRIO – Eu analiso o sindicato como sendo uma entidade muito atuante, aliás como ele sempre foi e nós estamos trabalhando para que continue assim. Quando for necessário agir de forma intransigente e rígida na defesa do trabalhador nós vamos agir e quando houver espaço para o diálogo, o bom senso e o entendimento nós também estamos abertos para agir dessa forma. Eu creio que a atuação do sindicato, tanto atualmente como ao longo desses anos todos, só tem se fortalecido cada vez mais. E sem dúvida que

é um desafio muito grande pra mim que estou no primeiro mandato, mas é também uma forma de incentivo. Incentivo de conhecer para trabalhar melhor. Incentivo de trabalhar melhor para garantir as conquistas já obtidas pela categoria e lutar para conseguir muito mais.

- Na sua visão o que mais o sindicato precisa combater hoje, diante da legislação que vem sendo mudada ano a ano? Tem algum ponto assim que prejudicou o trabalhador nos últimos anos?

JOSÉ ROGÉRIO – Realmente a legislação sofre mudanças e nem sempre essas mudanças são favoráveis ao trabalhador. É preciso que o sindicato esteja sempre atento e alerta para poder agir, sempre que necessário, em defesa não só dos comerciarários, mas também de outras categorias que necessitem de nossa ajuda e de nossa solidariedade. Depois da reforma trabalhista e da reforma previdenciária ficou mais difícil, mas o sindicato nunca se curvou aos problemas e nunca vai se curvar. Além disso, teve o trabalho intermitente, houve a revogação de muitas portarias que eram favoráveis aos comerciarários e isso se constitui, como já disse, num desafio grande, mas nós vamos continuar na luta sempre em prol de nossa categoria. Eu costumo dizer que é diante das dificuldades que nós crescemos e, portanto, nosso objetivo é conhecer, enfrentar e vencer o que vier pela frente.

- Então você acredita que a história de luta do sindicato e diante do que aconteceu nos últimos anos, com um governo que não fez o seu dever de casa, há um respaldo da entidade junto aos trabalhadores? Qual nível de confiança o trabalhador tem hoje com relação à atuação do sindicato?

JOSÉ ROGÉRIO – Com certeza enfrentamos dificuldades muito grandes nos últimos anos. Não foi fácil. Mas como você bem falou, há sim um respaldo positivo por parte do trabalhador para com o trabalho do nosso sindicato durante todos esses anos. O nível de confiança que nós temos hoje é muito grande, e isso se deve, claro, ao trabalho de todas as diretorias que já passaram por aqui. Nossa responsabilidade é de manter esse patamar de confiança, interação e total solidariedade para com os comerciarários. Apesar de novo no sindicato e mais novo ainda na presidência eu sinto essa confiança, que se manifesta geralmente nas abordagens que recebo quando ando pelo comércio local.

- Além de manter o nível de trabalho e de luta do sindicato você tem também o desafio de colocar em prática novos objetivos em favor dos trabalhadores. Quais são seus objetivos futuros?

JOSÉ ROGÉRIO – Nosso principal objetivo é sempre lutar em favor do trabalhador. Sempre buscar melhores salários para a categoria, melhores condições de trabalho e uma melhor qualidade de vida. A gente sabe que não é fácil conseguir isso, diante das mudanças que aconteceram nas leis trabalhistas de 2017 pra cá e da reforma da previdência, mas não podemos desanimar e nem recuar da luta. Temos esperança que com o novo governo, que está ainda no início, haja alguma mudança favorável ao trabalhador e que algumas portarias que trouxeram prejuízos sejam revogadas para melhor atendimento da nossa classe.

- Apesar de sua recente entrada no sindicato, em 2017, e mais recente ainda eleição para presidente, você sempre teve ma convivência com diretorias passadas e tem acompanhado o trabalho da entidade. Essa convivência

ajudou e serviu de base na confiança de seu nome para a eleição?

JOSÉ ROGÉRIO – É verdade. Sempre tive uma rotina diária de acompanhar a luta do sindicato e também mantinha contato com os trabalhadores e creio que isso foi fundamental para minha eleição. Embora não seja tão conhecido assim, como diretores anteriores, tenho uma trajetória de mais de vinte anos de trabalho no comércio, desde a Rua Maciel Pinheiro, passando pela feira central e Rua João Pessoa. Então quando meu nome foi escolhido recebi imediato apoio dos trabalhadores que me conhecem e muitos deles conversaram com outros comerciarários no sentido de dar um voto de confiança ao meu trabalho como presidente.

- Na sua gestão parece que o sindicato já está indo nesse caminho de oferecer outras oportunidades ao trabalhador, através de convênios e parcerias. Que convênios são esses e como funcionam tais parcerias?

JOSÉ ROGÉRIO – É verdade. Depois de nossa eleição já tivemos algumas conquistas e ampliamos alguns convênios. Temos convênios com universidades, com clínicas, fechamos convênio com o Sesi, como o Sest/Senat e reforçamos a parceria com o Sesc. Mantemos da gestão anterior e ampliamos a oferta de cursos grátis em várias áreas de atividade, como informática, tecnologia e serviços, em parceria com o Senac e estamos fechando outros convênios que serão anunciados em breve.

- Mesmo estando numa situação mais confortável, não se pode esquecer o grande período de dificuldades que o sindicato passou recentemente, que foi a pandemia. Você já fazia parte da entidade nesse tempo. Como foi atuar em favor do trabalhador e em favor da vida durante esse período?

JOSÉ ROGÉRIO – Realmente tivemos um período muito difícil com a pandemia e eu acompanhei o trabalho do camarada Coelho e de toda a direção do sindicato na luta para manter os postos de trabalhos e em defesa da vida, inclusive mantendo o sindicato sempre de portas abertas para atender ao trabalhador e a trabalhadora. Eu dei minha contribuição dentro do possível e procurei ajudar no que pude para que tudo se resolvesse da melhor maneira. Infelizmente perdemos amigos durante a pandemia, alguns trabalhadores perderam o emprego e isso nos deixou triste, da mesma forma que entristeceu Campina Grande, o Brasil e toda a humanidade. Mas nunca desistimos de trabalhar e de buscar melhores dias para nossa categoria.

- O ex-presidente Ivam Freire, assim como Coelho, tem uma história de vida junto ao sindicato e é um exemplo de luta sindical em favor do trabalhador. Ele também é uma referência pra você nesse sentido? Você acompanhou ou se lembra da atividade do Sindicato dos Comerciarários sob o comando de Ivam Freire?

JOSÉ ROGÉRIO – Eu me lembro que estava começando o trabalho no comércio, muito novo ainda, e já ouvia falar do sindicato e do trabalho de Ivam Freire e posteriormente de Coelho. Já ouvia os trabalhadores falarem da determinação de Ivam Freire, de sua vontade de defender a categoria sempre de forma eficaz e aguerrida. E isso eu pude constatar depois, ao longo do tempo, quando fui conhecendo e acompanhando o trabalho mais de perto. Eu sou sócio do sindicato há muitos anos. Sou sócio desde meu primeiro emprego, desde que entrei no comércio e sempre me interessei em acompanhar e conhecer tudo.

O COMERCÍÁRIO

Informativo do Sindicato dos Comerciantes de Campina Grande e Região - Filiado à FECONESTE/CTB/CNTC - Ano 34 - Nº 112 - Abril / Maio de 2023

EDIÇÃO COMEMORATIVA

80 ANOS: UMA HISTÓRIA DE LUTAS EM DEFESA DO TRABALHADOR

Fundado em abril de 1943, o Sindicato dos Comerciantes de Campina Grande chega aos 80 anos com a experiência de grandes lutas em defesa do trabalhador e com uma história recheada de conquistas, muitas até que viraram referência nacional, a exemplo da mudança do sistema de contratação dos trabalhadores da loja C&A ou o fim da revista íntima nas lojas Marisa e Janine.

O sindicato também foi às ruas, junto com o trabalhador, para lutar contra a privatização da CELB, contra a exploração do trabalho infantil, contra o trabalho aos domingos e feriados e também contra a implantação do Plano Cruzado II, pelo governo federal. Houve luta ainda pela implantação de uma nova bateria de banheiros num shopping local e a entidade defendeu o trabalhador, garantindo seus direitos trabalhistas, quando empresas decretaram falência na cidade.

Confira algumas lutas e conquistas que tiveram apoio e participação do Sindicato dos Comerciantes de Campina Grande nas páginas 4 e 5.



Seu nome é um dos mais conhecidos na história sindical da Paraíba e do Nordeste, e referência obrigatória em Campina Grande. Com mais de vinte anos no comando do Sindicato dos Comerciantes, José do Nascimento Coelho é intransigente na defesa do trabalhador. **Página 7**



Apesar de trabalhar há mais de vinte anos no comércio local, o atual presidente José Rogério Gonçalves de Moura é novo na vida sindical. Assumiu a direção da entidade em 2021 com um grande desafio: manter o nível de tradição e luta. **Página 8**



Ivam Freire assumiu o Sindicato dos Comerciantes de Campina Grande logo após a ditadura militar. Foi preso por apoiar os estudantes. Foi eleito vereador, participou de greves históricas e foi às ruas para lutar por Diretas Já. **Página 3**

Pág. 2
A opinião do presidente

Pág. 2
O que é o sindicato e onde ele atua

TRABALHADOR
BAIXE AGORA O APP BSF ONLINE
FIQUE POR DENTRO DAS NOVIDADES DO SINDICATO, CONHEÇA SEUS DIREITOS, BENEFÍCIOS E CONCORRA A UM SMARTPHONE TODO MÊS.
Saiba mais detalhes na Pág. 6

EXPEDIENTE

Informativo do Sindicato dos Comerciantes de Campina Grande e Região
Filiado à FECONESTE/CTB/CNTC
Rua Venâncio Neiva, número 91/93, 1º andar, centro
Ano 34 - Nº 112 - Abril/Maio 2023
Fones: (83) 3321-3765 / 3341-1430

Presidente: José Rogério Gonçalves de Moura
A Diretoria

Jornalista responsável:
Apolinário Pimentel - DRT: 656
WhatsApp (83) 99999.0264

Imagens: Arquivo Sindicato / Google
Diagramação: Silvana Ramos - (83) 8855.8619
Impressão: Gráfica Marcone - (83) 3321.4829
Tiragem: 3 mil exemplares

EDITORIAL

Manter a tradição, inovando



Tempos difíceis e problemas surgem para serem superados e servem para fazer o ser humano crescer, aprender e procurar agir de maneira a alcançar objetivos comuns ou pessoais, de modo a melhorar a vida coletiva.

Esse é nosso pensamento hoje e sempre: encarar os problemas de frente.

Temos uma longa história de lutas e conquistas. Temos referências sindicais de renome nacional. É preciso continuar a luta, dobrar o trabalho e manter a tradição, mas é preciso também inovar. Fazer diferente e buscar novos caminhos, embora o objetivo final seja o mesmo, que é sempre a melhoria salarial e de vida da classe trabalhadora.

Não estamos dando a volta ao mundo em 80 dias, mas sim chegando aos 80 anos com um verdadeiro legado, uma trajetória, um caminho percorrido por homens e mulheres que, sempre unidos pela mesma causa, faz história e projeta novos tempos.

Nosso desafio é manter a credibilidade e o respeito, mas também inovar no modelo de luta e usar as armas legais que hoje são disponibilizadas.

São 80 anos de luta, de conquistas e de dedicação total e intransigente à causa do trabalhador e da trabalhadora. As coisas mudaram com o tempo, a legislação foi modificada, mas o objetivo do Sindicato dos Comerciantes de Campina Grande e Região sempre manteve uma tradição: defender a categoria da melhor forma possível, conforme a realidade de cada época.

Nossa realidade hoje é outra. Os problemas são diferentes, algumas legislações foram modificadas, mas nossa tradição não muda. Continuamos na luta em defesa dos trabalhadores e trabalhadoras, embora seja preciso inovar na estratégia de cada batalha, com o objetivo final de garantir a vitória de cada comerciante ou comerciante.

É um novo tempo. Vamos manter a tradição. E vamos também inovar.

José Rogério Gonçalves de Moura
Presidente

O QUE É O SINDICATO E QUAL SUA ÁREA DE ATUAÇÃO

Desde que foi oficializado sindicato já se passaram 80 anos e muita coisa aconteceu e mudou durante esse tempo. Mas outras coisas não mudam e uma idéia permanece a mesma até hoje: o motivo pra se criar um sindicato. A idéia de criar uma organização que agrupe trabalhadores de determinada categoria é tão antiga quanto a exploração dos mais pobres pelos mais ricos.

Os trabalhadores perceberam que só uma coisa poderia ajudá-los na luta contra os patrões: a união. Afinal, sozinhos nada podiam fazer. Aos poucos os trabalhadores começaram a formar sindicatos para lutar por seus direitos e garantir melhores condições de vida e trabalho. Os comerciantes formam uma das maiores categorias de trabalhadores em todo o país. Em Campina Grande não é diferente.

Além disso, a todo momento há denúncias de exploração salarial, de trabalho sem carteira assinada, de péssimas condições de trabalho e até de tortura de trabalhadores. Para lutar contra essas injustiças e defender os interesses da

categoria foi criado no dia 13 de abril de 1943 o Sindicato dos Comerciantes de Campina Grande e Região, que atende mais de 50 municípios.

SÃO ELES:

Alagoa Nova, Areia, Areial, Aroeiras, Barra de Santa Rosa, Barra de São Miguel, Boa Vista, Boqueirão, Cabaceiras, Camalaú, Campina Grande, Congo, Cubati, Cuité, Desterro, Esperança, Fagundes, Frei Martinho, Gurjão, Ingá, Itatuba, Juarez Távora, Juazeirinho, Junco do Seridó, Lagoa Seca, Livramento, Massaranduba, Montadas, Monteiro, Natuba, Nova Floresta, Nova Palmeira, Olivados, Ouro Velho, Pedra Lavrada, Picuí, Pocinhos, Prata, Puxinanã, Queimadas, Remígio, Riachão do Bacamarte, Salgadinho, Santa Luzia, São João do Cariri, São José do Sabugi, São José dos Cordeiros, São Mamede, São Sebastião de Lagoa de Roça, São Sebastião do Umbuzeiro, São Vicente do Seridó, Serra Branca, Serra Redonda, Soledade, Sumé, Taperoá, Teixeira, Umbuzeiro e Várzea

SINDICATO CONFIRMA NOVO PISO SALARIAL DA CATEGORIA

Entrou em vigor neste dia 1 de janeiro de 2023 o novo piso salarial da categoria comerciária, com base em convenção coletiva e negociação entre o Sindicato dos Comerciantes de Campina Grande e Região e o sindicato patronal.

Além disso, estão também garantidos o abono salarial e as folgas. Com isso, os novos valores salariais que já estão em vigor são os seguintes:

FARMÁCIA

O novo piso salarial é de R\$ 1.375,81, mais o abono de R\$ 300 e a folga no prazo de até 30 dias, como também o vale alimentação, de R\$ 9,30. Para quem ganha acima do piso reajuste foi de 4,5% em relação ao salário de junho de 2022. Esse piso ficará valendo até o mês de junho de 2023.



SUPERMERCADOS

A exemplo dos demais setores, o de supermercados também teve a reposição salarial acima da inflação e o novo piso da categoria é de R\$ 1.370,00. Quem ganha acima do piso teve reajuste de 4,5%. O sindicato também garantiu um abono de R\$ 320, que será pago em 5 parcelas a partir deste mês, e o vale alimentação de R\$ 9, além de folga nos prazos de 35 a 45 dias.

COMÉRCIO

O piso salarial da categoria agora é de R\$ 1.370. Já para quem ganha acima do piso o índice de reajuste foi de 5%. Os comerciantes terão direito a um abono no valor de R\$ 300 dividido em 6 parcelas a partir de janeiro; vale alimentação no valor de R\$ 8,73, assim como a gratificação do trabalho aos domingos e o direito a uma folga dentro do prazo máximo de 35 dias.

JOSÉ DO NASCIMENTO COELHO: MAIS DE VINTE ANOS DE LUTA E DEDICAÇÃO EM DEFESA DOS TRABALHADORES E DOS DIREITOS SOCIAIS



Seu nome é um dos mais conhecidos na história sindical da Paraíba e do Nordeste, e referência obrigatória em Campina Grande, com mais de vinte anos no comando do Sindicato dos Comerciantes. Intransigente na defesa do trabalhador, ele participou de grandes lutas na rua e na Justiça, confrontou o poder econômico patronal, a força comercial e financeira de um shopping e ainda defendeu o trabalho e a vida dos trabalhadores durante a pandemia. José do Nascimento Coelho é um dos sindicalistas mais conhecidos e atuantes das últimas duas décadas, e é reconhecido por já ter contribuído muito para melhorar os salários e a vida dos comerciantes. Confira entrevista ao jornal O Comerciário, nesta edição comemorativa de 80 anos da entidade.

- Coelho, você foi um dos presidentes mais atuantes na direção da entidade. Qual foi o seu período? De quando a quando você ficou no cargo? Mas durante esse tempo você se afastou algumas vezes para concorrer a cargos eletivos não é verdade?

COELHO - No primeiro momento nos assumimos o sindicato como suplente da diretoria, no início da década de 90. Posteriormente, em 1994 eu fui eleito presidente e durante todo o período eu me afastei para concorrer a cargos eletivos, como vereador e deputado federal, e aí assumiram a companhia Maria de Lourdes Souza Bezerra por um período de 90 dias, e também o companheiro Fernando Bezerra. Agora mais recente teve a eleição do companheiro Rogério, que está à frente da direção.

- Mesmo com estes intervalos para a disputa de cargos públicos, são mais de vinte anos a frente do sindicato?

COELHO - São mais de vinte anos de luta. São mais de vinte anos de dedicação à luta em defesa dos trabalhadores, dos direitos sociais. Nós enfrentamos diversas dificuldades tão logo assumimos o sindicato. Foi no período do governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) quando houve muitos ataques ao direito trabalhista, inclusive com a chamada livre negociação. Veio também o advento das grandes multinacionais, dos grandes shoppings, a pressão pela abertura do comércio aos domingos e feriados, o que aconteceu em vários estados. Campina Grande, na Paraíba, foi a última cidade que aconteceu o funcionamento do comércio aos domingos, mesmo depois de muita luta nossa, de muita batalha junto à Câmara Municipal, ao prefeito, Associação Comercial e alguns órgãos que nós mostramos que a abertura do comércio aos domingos e feriados não traria mais emprego. Pelo contrário. Traria desemprego, doenças ocupacionais e até separações. Os trabalhadores deixaram de ter sua vida

social. Isso foi provado e está provado hoje com o número de doenças ocupacionais.

- A aprovação dessa lei de abertura do comércio aos domingos e feriados coincidiu com a chegada de um shopping em Campina Grande. Houve alguma influência desse grande centro comercial para que isso acontecesse?

COELHO - É verdade. Foi na época da chegada do Shopping Iguatemi na cidade e segundo disse o próprio gestor municipal à época, Cássio Cunha Lima, a abertura do comércio aos domingos e feriados era uma imposição do município para poder funcionar em Campina Grande. Mas havia já também uma insistência das grandes redes de supermercados, como o Bompreço, por exemplo, para abrir o comércio aos domingos sem nenhum ganho para os trabalhadores. Através dessa lei municipal, que é uma competência do município legislar em questão própria, houve a autorização da abertura do comércio aos domingos e feriados e nós infelizmente perdemos essa batalha. Mas não desistimos. Continuamos na luta e no ano 2.000 conseguimos alterar um pouco essa lei, remetendo a questão do feriado para o acordo com o sindicato, mas daí por diante surgiram muitas Medidas Provisórias, muitos decretos, apareceram muitas multinacionais e essas grandes redes tem uma visão que não é uma visão social, mas sim uma visão apenas do lucro e do capital.

- O sindicato representa os comerciantes, mas ele apóia outras lutas de outras categorias também. Já atuou contra o aumento de passagem de ônibus e contra a venda da CELB - Companhia de Eletricidade da Borborema, entre outros casos. Isso mostra a força, a confiança e a parceria do sindicato também com trabalhadores de outras categorias profissionais?

COELHO - É bom até a gente lembrar esse fato. Em 1997 o sindicato entrou na luta contra o aumento da tarifa de transporte coletivo, que na época era 55 centavos. E o órgão ligado ao Ministério do Trabalho analisou a planilha e verificou que havia condição de reduzir a passagem para 50 centavos. Logo após esse debate, que aconteceu no Ministério Público com diversas representações, no dia seguinte o sindicato foi surpreendido com a lei da abertura do comércio aos domingos, votada de maneira urgente urgentíssima. Nós entendemos isso como uma revanche porque era o sindicato que fazia pressão para que o Ministério Público entrasse com uma ação naquele momento para que a tarifa de transporte público voltasse a ser de 50 centavos. Mas é verdade. Aconteceram outras lutas. Não somente por questões de nossa categoria, mas de outras. Por exemplo, durante todo esse nosso mandato nós tivemos uma luta que consideramos fundamental, que foi a determinação da Justiça da construção de mais uma bateria de sanitários no Shopping Iguatemi. Nessa luta nós procuramos todos os órgãos, inclusive a comissão de saúde da Câmara Municipal e outros órgãos importantes, mas não tivemos apoio. Tivemos apoio apenas do Ministério Público do Trabalho.

- Mas o motivo dessa nova bateria de sanitários foi por que? Os que haviam no equipamento não eram suficientes para atender as pessoas?

COELHO - A decisão da Justiça foi bem clara na determinação de construir uma nova bateria de sanitários, sob pena de multa diária para o shopping. E por que? A grande maioria dos trabalhadores daquele shopping, inclusive isso está relatado no processo, passava por situações vexatórias por não ter condição de fazer as suas necessidades fisiológicas. Inclusive o assunto foi matéria de jornais em outros países e foi uma ação inédita na Paraíba e no Brasil. Acabou servindo como referência para outros shoppings. Além dessa luta nós acompanhamos o fechamento de empresas que decretaram massa falida, a exemplo de Pneu Teixeira, Casas Pernambucanas, e a Lobras (Lojas Brasileiras) onde o sindicato esteve à frente de tudo junto com os trabalhadores. Estamos agora atuando junto à empresa Rio

do Peixe, onde temos habilitado no processo uma quantia suficiente que daria para pagar a todos os funcionários, mas evidente que o caso se encontra no Tribunal Superior do Trabalho.

- O Sindicato dos Comerciantes, assim como praticamente todos os outros, tem queixas sobre o último governo, apontado como atuante para fragmentar o movimento sindical. Houve prejuízos para o trabalhador com a política do último governo no Brasil?

COELHO - Lamentavelmente a política do governo que aí estava era uma forma de fragmentar o movimento sindical. Muita gente chegou inclusive a achar que o sindicato tinha acabado. A política que o governo aplicou, as Medidas Provisórias e os decretos todos foram no sentido de enfraquecer os sindicatos. O governo editou várias MPs, vários decretos, tentou criar a carteira verde e amarela... A reforma trabalhista a partir de 2017 também trouxe sérios prejuízos para os trabalhadores, tanto é que hoje há empresas que demitem o trabalhador, faz que paga e o trabalhador faz que recebe porque não tem mais a obrigatoriedade da demissão ser homologada pelo sindicato. Existe uma série de denúncias. Nós precisamos que o atual governo reestruture o Ministério do Trabalho, que faça concursos públicos para aumentar o número de auditores fiscais, até para combater o que existe muito hoje que é o trabalho análogo à escravidão. Isso acontece por falta de fiscalização. Então nós temos vários desafios. Apenas com a vitória de Lula não significa que a coisa vai voltar tudo ao normal.

- Então a perspectiva é que os sindicatos, mesmo no governo Lula, terão muito trabalho para reorganizar o movimento e terão muitos desafios para garantir conquistas para os trabalhadores?

COELHO - Sim. Haverá grandes desafios e um dos primeiros é a questão da valorização do trabalho, valorização do salário e o fortalecimento das negociações coletivas. É pra isso que existem os sindicatos. Tanto os sindicatos dos trabalhadores como os sindicatos dos empregadores. A partir do momento que você fortalece as negociações coletivas, uma vez que são elas que normalizam os acordos e os salários, que garantem as conquistas, a exemplo do dia do comerciário, tudo se concretiza da melhor forma. O dia do comerciário é uma conquista histórica pra nós. O setor empresarial durante as negociações coletivas sempre coloca o dia do comerciário como um ponto de interesse deles, ou seja, interesse deles em acabar com essa nossa conquista. Mas existem outras. O piso salarial é uma conquista. Nós precisamos valorizar o salário mínimo para que haja assim também uma valorização do piso da categoria. A partir do momento que o salário mínimo tem ganho real e tem inflação real, é uma forma da gente garantir a valorização do piso da categoria. É preciso construir parcerias com outros sindicatos também, de outras categorias, e manter a solidariedade. Muitos sindicatos a partir de 2017 fecharam suas portas e deixaram várias categorias sem assistência, e nós temos que ficar solidários. Não podemos pensar somente na categoria dos comerciantes. Nós temos que pensar no bem estar e no melhor para todos os trabalhadores. É por isso que o Sindicato dos Comerciantes tem esse princípio de autonomia, de solidariedade, de respeito e de luta. Quando se diz que a luta é intransigente ela passa a ser intransigente a partir do momento que isso se faz necessário. Quando a negociação depende do diálogo nós estamos abertos ao para o diálogo.

COELHO - Era considerado como atividade e não como profissão. Vou citar um exemplo: você chegava numa instituição financeira e o gerente perguntava qual sua profissão. Você podia responder que era comerciário. Mas quando ia olhar no sistema aparecia vendedor, ou seja, constava sua função. Mas hoje a nossa categoria é reconhecida através de lei sancionada pela presidente Dilma.

COMERCÍARIOS GANHAM CENTRO DE CONVIVÊNCIA COM ÁREA DE REPOUSO, INTERNET E REFEITÓRIO



Os comerciantes de Campina Grande realizaram, em 2017, um sonho que já era esperado há mais de vinte anos. A partir de então eles puderam usufruir do centro de convivência, no centro da cidade. A inauguração foi comandada pelo então presidente José do Nascimento Coelho, e contou com a presença do ex-presidente Ivam Freire,

responsável pela aquisição do prédio há mais de vinte anos. O centro de convivência foi um marco histórico para a categoria, que passou a contar com um local de lazer e repouso no horário do almoço, com sala de jogos, TV e leitura.

O local oferece aos trabalhadores do comércio uma maior comodidade durante os intervalos de trabalho, e eles podem desfrutar do refeitório (onde podem esquentar a comida no microondas), uma área totalmente climatizada, sala de TV, computadores e internet, sala de repouso, local de leitura e sanitários, entre outros benefícios.

Devido a pandemia, o Centro de Convivência foi transferido para a sede do sindicato, na Rua Venâncio Neiva, onde está funcionando atualmente.

BENEFÍCIO SOCIAL FAMILIAR JÁ LIBEROU MAIS DE R\$ 23 MIL

Os trabalhadores do setor de supermercados tiveram uma grande conquista através do Sindicato dos Comerciantes de Campina Grande e Região, que é o BSF – Benefício Social Familiar. Trata-se da liberação, através de um cartão, do valor de R\$ 500 para cada trabalhador, que pode usar para fazer compras no débito ou sacar o dinheiro e usar como quiser.

Recentemente o presidente da entidade, José Rogério Gonçalves de Moura, fez a entrega do benefício para 47 trabalhadores do setor. O total liberado de janeiro até agora foi de R\$ 23.500. Outros trabalhadores deverão ser beneficiados em breve.

Além do BSF, o Sindicato dos Comerciantes de Campina Grande e Região também garante outros benefícios para os trabalhadores do setor de supermercados, tais como Benefício Natalidade, Benefício Capacitação, Benefício Alimentar, Benefício Manutenção da Renda Familiar, Benefício Serviço Funeral e Benefício Recolocação.



Prestigie nosso Sindicato associando-se a ele!

SINDICATO FAZ PARCERIA COM SENAC E OFERTA VÁRIOS CURSOS GRÁTIS PARA COMERCÍARIOS E DEPENDENTES

Desde 2021 que o Sindicato dos Comerciantes de Campina Grande e Região tem parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – Senac, para garantir aos seus associados e dependentes a realização de vários cursos, todos grátis, que na verdade são oportunidades de um futuro melhor.

Nos últimos meses foram ofertados e concluídos os cursos de Preparo de Doces e Salgados, Chocolates e Doces Finos, Estratégias em Vendas para Pet Shops, Excel Avançado, Excel Básico para o Mundo do Trabalho, Corte de Cabelo: Tendências Atuais, Unhas de Gel, Designer de Sobancelhas, Operador de Caixa, Repositor de Mercadorias, Assistente de Recursos Humanos, Técnicas de Balconista de Farmácia, Como Vender na Internet e Redes Sociais, E-Commerce: Vendendo no comércio eletrônico, Processos Logísticos de Armazenagem e Movimentação de Materiais, Operação Logística no Varejo e Aperfeiçoamento para Vendedores de Material de Construção, Preparo de Ceias Natalinas, entre outros.

SECCG

Senac

IVAM FREIRE: PRESO POR DEFENDER TRABALHADOR, FOI ELEITO VEREADOR, FEZ FUNCIONAR A TRIBUNA LIVRE NA CÂMARA E IMPLANTOU O DIA DO COMERCÍARIO

Ele assumiu a presidência do Sindicato dos Comerciantes de Campina Grande logo após a ditadura militar, foi preso por apoiar os estudantes contra o aumento da tarifa de ônibus, participou de greves históricas e foi pra rua pedir Diretas Já. Eleito vereador, lutou contra a abertura do comércio aos domingos e feriados, botou pra funcionar a Tribuna Livre na Casa e criou o dia do comerciante. Ivam Freire é referência do movimento sindical na Paraíba e no Nordeste.

Confira entrevista ao jornal O Comerciante, nesta edição comemorativa de 80 anos da entidade.

- Ivam, o sindicato surgiu por volta do ano 1928, como associação. Vinte anos depois virou sindicato e agora completa 80 anos. Como surgiu essa ideia de criar um sindicato para defender os interesses a categoria trabalhadora do comércio?

IVAM FREIRE – A carta sindical do sindicato dos comerciantes de Campina Grande ela foi de 15 de abril de 1943. Foi quando realmente foi oficializado o Sindicato dos Comerciantes de Campina Grande. O sindicato foi fundado porque toda categoria trabalhadora profissional cria o seu sindicato. O nosso começou como associação, mas quando eu assumi não encontrei nenhum documento de que a associação era desde a década de 20 (parece que 28) mas, só em 43 é que foi oficialmente designado como sindicato. E por que criar o sindicato? Porque o comércio de Campina Grande era muito importante (como ainda o é) e tinha muito trabalhadores. Entretanto o sindicato desde 1943 até o golpe militar, em 64, sempre teve uma atuação muito acomodada, ou seja, não defendia com tanto rigor os trabalhadores do comércio de Campina Grande. Era um sindicato que fazia mais assistencialismo.

Como funcionava essa prática de assistencialismo sindical?

IVAM FREIRE – Eu assumi o sindicato em agosto de 1979, como tesoureiro. Antes de mim era Joaquim Chaves Pequeno e antes dele era um rapaz chamado Severino Martins. Antes de Severino era José de Anchieta Marinho, que foi justamente quem trouxe assistência médica odontológica para o sindicato e então a partir daí o sindicato criou um vínculo maior com a categoria trabalhadora do comércio local. No início essa ligação não foi por causa da luta mesmo em si. A luta só começou quando eu assumi a presidência. Durante nossa atuação como presidente nós conseguimos implantar o primeiro piso salarial da categoria, cujo valor eu ainda lembro: era 5,28 cruzeiros.

- Foi nesse mesmo ano, com você na presidência, que foi instituído legalmente o dia do comerciante?

IVAM FREIRE – Sim. É importante também lembrar o dia do comerciante. Foi instituído através de uma lei municipal criada a partir de um projeto apresentado pelo então vereador João Fernandes. Então a categoria pode comemorar o dia do comerciante através de nossa iniciativa como presidente da entidade, no ano de 1980.

- Então você considera que a partir dessa conquista do piso salarial o trabalhador comerciante passou a ter uma nova visão do sindicato? O sindicato passou a viver um novo tempo, inclusive com a adesão de mais filiados?

IVAM FREIRE – No final da década de 70 até parte de 80, não só o sindicato em Campina Grande, mas basicamente

todos os sindicatos do Brasil passaram a ter uma nova visão de atuação. Tudo começou com Lula, como presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, quando comandou uma greve nacional dos trabalhadores em 1979. Então os sindicatos ficaram mais conhecidos e os trabalhadores passaram a cobrar mais atuação da entidade, na defesa dos seus direitos.

- Hoje existem várias leis que defendem o trabalhador, não só do comércio, mas de todas as áreas. Mas nem sempre foi assim. Quando você assumiu o sindicato a lei não era muito favorável ao trabalhador. O que mudou do início até agora para melhorar a vida do trabalhador? Foi a atuação sindical durante esse período?

IVAM FREIRE – É como eu disse antes. O trabalhador despertou no final da década de 70 pra início de 80, a partir dessa grande greve nacional sob o comando de Lula. Me parece inclusive, que foi a maior greve que já houve no Brasil. Essa greve começou a despertar todas as outras categorias. É tanto que na época foram fundados vários sindicatos. Aqui mesmo em Campina Grande quando nosso sindicato começou a participar desse movimento surgiram outros. Nós demos apoio à criação de sindicatos de categorias como enfermeiros, ambulantes e até do pessoal hoteleiro.

- Antes da existência do sindicato não havia praticamente lei em defesa do trabalhador. Os patrões podiam fazer qualquer coisa. Mas a partir do surgimento da entidade como ficou a relação patrão/empregado? Como a classe patronal reagiu ao surgimento do sindicato? Houve resistência?

IVAM FREIRE – Quando começou assim a surgir um certo incômodo foi na década de 80 quando nós assumimos a direção do sindicato, porque a gente começou a ser mais atuante e a defender intransigentemente o direito dos trabalhadores. Foi aí que alguns patrões começaram a não ver com bons olhos a atuação do Sindicato dos Comerciantes de Campina Grande. É tanto que ainda nesse período da década de 80 foi solicitado ao então ministro do Trabalho Murilo Macêdo, a cassação do nosso mandato. Na época era o governo de João Batista Figueiredo. O pedido foi feito pela direção da Associação Comercial e por alguns comerciantes, alegando que o sindicato agitava demais a categoria trabalhadora. Mas nossa agitação era ir de loja em loja convocar o trabalhador para as assembleias, entregar panfletos na rua, ocupar espaços no rádio e na televisão, mostrar que só através da luta sindical era possível ter melhoria de salário e garantir outras conquistas. Então a Associação Comercial e os patrões não gostavam disso. Mas houve um grande movimento em defesa do meu nome. Eu lembro que a Câmara Municipal saiu em nossa defesa e repudiou a atitude da Associação Comercial, assim como o deputado federal na época João Agripino fez nossa defesa e da categoria em Brasília e a cassação não teve êxito. A partir daí o sindicato ficou ainda mais fortalecido e mais conhecido.

- O seu mandato de vereador foi de 89 até 92. Inclusive você foi preso na defesa do trabalhador. Essa sua prisão aconteceu como, onde e por qual motivo?

IVAM FREIRE – Na realidade quando eu fui preso eu não era vereador ainda. Eu era candidato. Foi no dia 15 de agosto de 1988. Eu estava de licença da presidência do sindicato para fazer minha campanha de vereador. Nesse



tempo estava havendo uma greve dos estudantes de Campina Grande questionando o aumento da passagem de ônibus. Aí eu fui apoiar o movimento. Na minha licença quem comandou o sindicato foi o companheiro José Antonio Araújo (Toinho).

- Você acha que sua prisão e esse apoio ao movimento dos estudantes contribuíram para sua eleição como vereador? Quantos votos você teve na época?

IVAM FREIRE – Foi importante porque aconteceu em agosto como eu já falei, um pouco antes da eleição. Muita gente disse que votou em mim porque soube que eu estava apoiando os estudantes. Na época eu fui dos mais votados. Fui o oitavo mais votado de Campina Grande e o sétimo mais votado da coligação.

- Nesse tempo de sua campanha para vereador e de sua prisão como era Campina Grande em termos de política? Havia muito debate, muita cobrança? Como era a cidade nesse sentido?

- Como foi seu mandato na Câmara Municipal? Faça um resumo das principais lutas e projetos apresentados no período?

IVAM FREIRE – Primeiro a gente fez funcionar a Tribuna Livre na Casa. Todo e qualquer problema que havia nos bairros, nas SABs, com os estudantes a gente levava para a Câmara. Então a Casa era usada para defender o povo. A gente apresentava o requerimento de Tribuna Livre e levava os representantes do povo para falar. Antes só quem falava era vereador. Mas como a Câmara é do povo a gente entendia que o povo devia ter vez e voz. Apresentei também o projeto da meia entrada para os estudantes, em teatro, shows e cinemas. O projeto foi pioneiro em Campina e depois quando Ronaldo Cunha Lima foi eleito governador ele implantou a meia entrada no estado. Houve ainda durante o meu mandato um movimento pela não abertura do comércio aos domingos, movimento esse que acontecia em todo o Brasil. A gente mostrou, na verdade, que o que ia acontecer era uma transferência de vendas, ou seja, o povo sabia que domingo o comércio ia ser aberto e não mais comprava durante a semana, deixando pra ir comprar nesse dia.

ALGUMAS LUTAS E CONQUISTAS QUE TIVERAM APOIO E PARTICIPAÇÃO DO SINDICATO DOS COMERCIÁRIOS DE CAMPINA GRANDE

NÃO AO TRABALHO AOS DOMINGOS E FERIADOS

Em novembro de 2000 a Câmara Municipal de Campina Grande aprovou Projeto de Lei de autoria do Executivo alterando a lei 3.626, de 19 de fevereiro de 1998, passando a ter a seguinte redação:

Art. 1º É livre o funcionamento do comércio em geral no município de Campina Grande em quaisquer dias e horários, inclusive aos domingos, respeitadas as normas de proteção ao trabalho.

Parágrafo primeiro – O funcionamento do comércio nos feriados dependerá de celebrações de acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho entre os representantes das categorias de empregados e empregadores.

Para a Associação Comercial a alteração da lei representava um retrocesso e a maneira como a matéria foi aprovada pela Câmara, sem nenhuma discussão prévia com a classe patronal, descaracterizava o processo democrático.

Enquanto Ivam Freire ocupava o cargo de vereador na Casa o projeto não foi aprovado. Quando ele saiu a matéria passou com apenas o voto contra da vereadora Cozete Barbosa.

O trabalho aos domingos e feriados não propiciou novos empregos. E ainda fez com que as pessoas trabalhassem mais, chegando até a 70 horas semanais. Para o sindicato, a lei gerou desemprego, exploração e reduziu salários. O trabalhador ficou submisso, sem direitos e com vários problemas, entre eles o medo de perder o posto de trabalho.

NOVA BATERIA DE BANHEIROS NO SHOPPING IGUATEMI

Durante quatro anos o sindicato lutou por uma nova bateria de banheiros no Shopping Iguatemi, em Campina Grande, destinada a atender trabalhadores e clientes. A ação civil pública foi impetrada no Ministério Público do Trabalho através do procurador Paulo Germano da Costa. Finalmente em 2008 o caso foi resolvido.

Com medida judicial imposta, a direção do estabelecimento assumiu o compromisso da construção, como também de um refeitório destinado ao uso dos trabalhadores das lojas ali instaladas (obrigação esta ocorrida em substituição da indenização por danos morais coletivos e de multa incidente em razão do descumprimento da obrigação principal). Tudo foi realizado num prazo de 120 dias.

A direção do sindicato disse que a construção da nova bateria de banheiros veio beneficiar tanto os trabalhadores quanto os clientes, já que todos passaram a ter melhores condições de permanência no local no dia a dia. É uma responsabilidade social, considerou o sindicato.

SINDICATO MOBILIZA TRABALHADORES, QUE SAEM ÀS RUAS CONTRA O PLANO CRUZADO II

Uma grande e intensa mobilização do Sindicato dos Comerciantes de Campina Grande e Região resultou num dos maiores atos de protestos já realizados na Paraíba, no dia 12 de dezembro de 1986. Centenas de trabalhadores saíram às ruas. Bancos e comércio fecharam as portas contra a implantação do Plano Cruzado II por parte do governo federal.

A mobilização assustou e impressionou a classe patronal, que não acreditava na força do trabalhador campinense, principalmente a categoria comerciária. Foi a maior manifestação popular local após o regime militar de 64 e marcou a luta dos trabalhadores contra o poder econômico e o capitalismo selvagem.

Grandes empresas como Bompreço e Lobras, e



até a rede bancária tiveram que se render à força popular e fecharam as portas. Algumas delas tentaram enfraquecer o movimento anunciando punição ao trabalhador que participasse da manifestação, mas nada funcionou.

A polícia também estava nas ruas. Não para protestar, mas para agredir, punir, prender e intimidar os trabalhadores, que mesmo assim continuaram na luta. Um dos organizadores do ato e integrante do comando de greve na época foi Ivam Freire, que ficou muito satisfeito com a demonstração de força popular.

O movimento em Campina foi destaque em toda a imprensa paraibana (rádios, jornais e TV) e ainda teve repercussão nacional na edição do dia 17 de dezembro de 1986, na revista Veja.

SINDICATO FOI PRIMEIRO NO BRASIL A PEDIR ARRESTO NA LOBRAS

Várias empresas fecharam as portas em 1998, demitindo centenas de trabalhadores. Grande parte continuou desempregada nos meses seguintes. A filial da Casas Pernambucanas, em Campina Grande, foi uma delas. Demitiu mais de 40 empregados. O sindicato acompanhou o processo desde a concordata, entrou na Justiça pedindo arresto do imóvel e ganhou a causa, o que significou uma vitória para a entidade sindical.

LOBRAS

Em 1999 Campina perdeu a Lobras – Lojas

BOMPREGO É DENUNCIADO POR EXPLORAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

Em 1984 o supermercado Bompreço, em Campina Grande, foi denunciado por explorar o trabalho infantil, colocando 116 menores de idade para trabalhar sem carteira assinada e sem nenhuma garantia trabalhista. A empresa alegava que era uma parceria com a Fundação do Bem estar ao Menor Alice Almeida – FEBEMAA. O caso foi denunciado e imediatamente o Bompreço demitiu os menores, mas sem pagar nada a nenhum deles. O sindicato acionou a Justiça e depois de vários entendimentos a empresa reconheceu que a reivindicação era justa e decidiu contratar parte dos menores, com carteira assinada e todos os direitos garantidos. Além disso, pagou a indenização dos outros que foram dispensados.

SINDICATO DENUNCIA E ACABA COM REVISTA ÍNTIMA NAS LOJAS MARISA E JANINE

O ano era 1985. O sindicato recebeu denúncia e com apoio do Ministério do Trabalho constatou que funcionárias da Loja Marisa, em Campina Grande, estavam sendo vítimas de constrangimento e abuso ao serem obrigadas a tirar a roupa e passarem por revista íntima no final do expediente ou quando precisavam sair da loja. A direção da empresa alegava que era para evitar roubos no estabelecimento. O caso ficou conhecido e ganhou repercussão nacional. Ivam Freire foi até a loja e conversou com a gerência, que a princípio quis negar o ocorrido, mas diante dos fatos, das testemunhas e da pressão acabou confirmando tudo. A revista íntima das funcionárias não era imposta para quem ocupava cargo de chefia de seção, pois “havia confiança” da empresa nessas pessoas. Havia



informações também de que o caso não acontecia somente em Campina, mas em toda a Paraíba. Com a denúncia do sindicato e a constatação por parte do Ministério do Trabalho a loja foi obrigada a suspender a prática ilegal e imoral. O caso chegou inclusive a ser denunciado diretamente ao Ministério do Trabalho, em Brasília.

JANINE MODAS

Três anos do caso Marisa outra denúncia com o mesmo teor chegava ao sindicato e ocupava as páginas dos jornais: era o caso registrado na loja Janine Modas, também em Campina Grande. O sindicato foi acionado e constatou que as funcionárias precisavam mostrar o conteúdo das bolsas e sacolas, assim como passar por revista íntima, quando iam deixar a empresa. A alegação era também de que a medida servia para evitar roubos. O

caso ganhou repercussão ainda maior porque a Associação Comercial defendia a loja, tentando desmentir as funcionárias. A assessoria da empresa ainda alegou que o relatório do sindicato era suspeito, mas nada disso funcionou e a Janine Modas perdeu a causa na Justiça. As funcionárias ganharam o direito de continuar trabalhando, mas sem precisar passar mais por revista íntima ou qualquer outro tipo de constrangimento.



LUTA CONTRA A PRIVATIZAÇÃO DA CELB

No final da década de 90, na gestão do então prefeito Cássio Cunha Lima, o sindicato também se mobilizou contra a privatização da CELB – Companhia de Eletricidade da Borborema, e também contra outras estatais como Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Petrobras.

No caso da CELB o argumento era que a empresa não poderia ficar isolada do mercado, já que todas as outras do setor estavam sendo vendidas. Só que o assunto já havia sido tratado na Carta de Intenções do FMI, orientando a privatização das geradoras de energia. Era também uma orientação do governo federal.

O sindicato sempre foi contra a venda. A CELB sempre deu lucro e contribuição a Campina Grande, tinha trabalho de qualidade e era um patrimônio da cidade, construído pelo povo. A privatização representava prejuízo enorme para a cidade, desemprego e queda na qualidade do serviço, além de muitas demissões.

Privatizada, não haveria mais importância para o social, não haveria investimento na eletrificação da zona rural e nem em bairros periféricos. Mesmo com toda luta sindicato e do povo, a companhia acabou sendo vendida.



LUTA CONTRA COBRANÇA DE TAXA DE ESTACIONAMENTO PARA TRABALHADORES DO SHOPPING

Em 2015 o sindicato esteve mobilizado para pressionar a administração do Partage Shopping a não cobrar dos trabalhadores taxas de estacionamento. Houve audiência pública na Câmara Municipal, e um documento foi entregue ao Ministério Público do Trabalho. Na audiência foi mostrada a preocupação dos trabalhadores de ficarem com mais um gasto no seu orçamento, quando já recebiam salários incompatíveis com a realidade socioeconômica do país. Ainda na audiência foi mostrado que existe em Campina Grande a lei nº 5.746, que proíbe cobrança de estacionamento em bancos, supermercados e shoppings.

O shopping recorreu à Justiça e a decisão foi que os contratados até abril de 2015 não pagariam a taxa. Os contratados depois teriam que pagar. O caso ainda continua na Justiça.

STF RATIFICA DIREITO DA MULHER EMPREGADA TER UMA FOLGA QUINZENAL AOS DOMINGOS

Ainda é recorrente a dúvida sobre a quantidade de domingos que o empregado pode trabalhar de forma consecutiva e se existe alguma distinção entre homens e mulheres nesse descanso remunerado. A Lei 10.101/2000, dispõe que o repouso semanal remunerado, nas atividades do comércio em geral, deve coincidir com o domingo pelo menos uma vez a cada três semanas. No caso da mulher, que tem um caítulo à parte na CLT destinado a proteção do seu trabalho, existe previsão legal de que a folga semanal deve coincidir ao menos um domingo a cada quinze dias, conforme o art. 386 da CLT. Entretanto, nas decisões dos Tribunais existem grandes divergências sobre a matéria. Para a ministra Carme Lúcia, “a escala diferenciada de repouso semanal, prevista no artigo 386 da CLT, é norma protetiva dos direitos fundamentais sociais das mulheres”.

AÇÃO CONTRA LOJA C&A FORÇOU EMPRESA MUDAR SISTEMA DE CONTRATAÇÃO

Ao se instalar em Campina Grande a loja C&A tinha o sistema de contratação que assinava na carteira do trabalhador a função de assessor. Com isso o empregado não tinha função específica e ainda era colocado para atuar em qualquer lugar da empresa, indo de caixa a vendedor. O sindicato foi acionado e entrou na Justiça para corrigir o erro. Como assessor caso o trabalhador sofresse um acidente de trabalho não podia comprovar que a lesão sofrida em determinada atividade foi devido a uma função específica legalmente. O sindicato conseguiu reparar a irregularidade e a empresa foi obrigada a assinar a carteira do trabalhador com sua real função. O caso virou referência nacional.